



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quarta-feira, 5 de setembro de 2012

A CRITICA Inovação..... ECONOMIA	1
A CRITICA Indicadores do IBGE..... ECONOMIA	2
A CRITICA Incentivos fiscais..... ECONOMIA	3
A CRITICA Visão integrada..... ECONOMIA	4
A CRITICA Júlio Ventilari..... BEM VIVER	5
AMAZONAS EM TEMPO Crise..... ECONOMIA	6
DIÁRIO DO AMAZONAS Produção industrial cresce 0,3% em julho aponta IBGE..... ECONOMIA	7
DIÁRIO DO AMAZONAS Defesa do Governo do AM na ação movida por SP já está no STF..... ECONOMIA	8

Inovação

Whirlpool lança linha de produtos

SÃO PAULO (FOLHAPRESS) - Whirlpool apresentou ontem, em São Paulo, seus lançamentos para o segundo semestre, nas áreas de lavanderia, cocção, refrigeração, condicionamento de ar e acessórios. O principal lançamento é a nova linha de lavadoras Ative!, formada por cinco modelos, que já chega com o tí-

tulo de lavadora de roupa mais rápida do mercado.

Já a marca Consul aposta no diferencial de sua linha de embutir e o condicionador de ar Split Inverter. O aparelho reduz em até 40% o consumo de energia e utiliza o gás ecológico R410-A, que não agride a camada de ozônio. Outra vantagem é o sistema *Ecofresh* 3D, que garante maior eficiência na captação e circulação do ar, além da múltipla filtragem (filtro Hepa, Carbono e Nylon) e a função *Siga-me*, que garante que a temperatura escolhida seja mantida onde o consumidor estiver.

Indicadores do IBGE

Veículos 'puxam' produção

Produção industrial em julho cresce 0,3%, influenciada por setores beneficiados com redução do IPI, como o de carros

REDAÇÃO E AGÊNCIAS - Enquanto a indústria automobilística comemorou em julho leve alta de 3,1% de sua produção em virtude do aumento na fabricação de automóveis, beneficiados pela redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o setor de duas rodas, sediado no Polo Industrial de Manaus (PIM), amargou prejuízo de 52,9%. Os dados fazem parte da Pesquisa Industrial Mensal, divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A produção de motocicletas já retraiu 13% no ano devido às restrições de crédito nas vendas parceladas, impostas pelas instituições bancárias, fato que resultou na concessão de férias coletivas e demissões em empresas do setor.

No geral, a produção industrial no Brasil teve um tímido crescimento de 0,3%, influenciada por alguns subsetores que receberam o incentivo e também registram crescimento, como os de eletrodomésticos da linha branca (34,7%) e de artigos de mobiliário (4,8%).

Em julho, apenas 12 dos 27 ramos investigados registraram crescimento na produção. Entre os setores que tiveram as maiores perdas estão produtos

Saiba mais

>>Vendas recorde

As vendas de automóveis e veículos comerciais leves no Brasil registraram alta de 15,40% em agosto, em relação a julho, totalizando 405,5 mil emplacamentos, segundo a Federação Nacional de Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave). A redução do IPI foi o motivo.

de metal, outros equipamentos de transporte, farmacêutica, material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicações e máquinas para escritório e equipamentos de informática.

"Segmentos que de alguma forma foram favorecidos (pelo governo), especialmente pela redução de IPI, mostram comportamento diferenciado em relação a meses anteriores. Mas isso acaba não tendo efeito de ampliar o crescimento industrial, porque ainda há outras atividades que não cresceram. Ainda há um predomínio de atividades em queda", afirmou Macedo.

A redução do IPI em vigor desde 23 de maio levou a um aumen-

Em números



0,3%

alta

da produção industrial brasileira foi registrada em julho. O IBGE conta tudo que é produzido no País, entre bens duráveis, intermediários, de capitais e de consumo.

52,9%

queda

no setor de duas rodas foi a perda mais significativa registrada para o parque industrial de Manaus. São 27 ramos pesquisados pelo IBGE em 12 regiões industriais brasileiras.

to de 8,1% na produção de veículos automotores em junho e julho. Porém, o crescimento ficou muito abaixo do avanço de 45% registrado nos meses de janeiro e fevereiro de 2009, período seguinte à primeira redução de IPI nos automóveis concedida pelo governo, em 12 dezembro de 2008.

A desaceleração nas concessões de crédito, o aumento na inadimplência e o maior comprometimento de renda das famílias impedem hoje um impulso maior, ou pelo menos próximo ao verificado em 2009. No entanto, a avaliação é de que a redução de IPI beneficia os setores agraciados enquanto a medida permanece em vigor. Enquanto as vendas de automóveis estiverem aquecidas, a produção deve manter o ritmo de recuperação.

"A decisão recente do governo de prorrogar a redução de IPI sobre veículos por mais dois meses deve manter a indústria automobilística aquecida entre agosto e outubro, com impacto sobre a cadeia da indústria que fornece insumos para as montadoras", previu Flávio Combat, economista-chefe da Concórdia Corretora, que ainda espera uma queda de 2% na produção da indústria nem 2012.

Blog

Emerson Marçal

PROFESSOR DA ESCOLA DE ECONOMIA DA FGV-SP

"A indústria vem sofrendo mais do que os outros setores com a desaceleração da atividade econômica. Com o resultado da pesquisa divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, percebe-se que a atividade industrial parou de cair e passou a crescer lentamente nos últimos meses. Em julho, na comparação com junho, houve uma alta mais expressiva de bens de consumo duráveis, reflexo das medidas de estímulos ao setor automotivo, e do setor de bens de capital, mas ainda há um longo caminho a ser percorrido para uma retomada mais forte da atividade no setor industrial. A produção industrial deve fechar o ano com retração entre 1% a 2% no acumulado em 12 meses. "Não será possível recuperar as quedas sucessivas que a produção industrial teve neste ano".

Manaus, quarta-feira, 5 de setembro de 2012.

Incentivos fiscais

Amazonas defende-se de Adin

Em ofício enviado ao STF são apontadas as "improcedências" do questionamento feito por São Paulo

O Governo do Estado do Amazonas, por meio da Procuradoria Geral do Estado, protocolizou ontem ofício nº 165/2012 junto ao Supremo Tribunal Federal em que aponta as "improcedências" do questionamento feito pelo Governo de São Paulo em Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra os incentivos fiscais de crédito estímulo concedidos pelo Amazonas por

meio do ICMS.

De acordo com o procurador geral do Estado, Clóvis Smith Frota, a defesa foi juntada ao processo eletrônico (Adin-4832), que tramita STF. No ofício, são apontadas todas as legislações que vigoram em favor da Zona Franca de Manaus (ZFM) e lembra, ainda, que "as normas contestadas estão em vigor há quase dez anos", revelando que a apli-

cabilidade delas não causou qualquer dano irreparável ou de difícil reparação, como questionado por São Paulo.

Além disso, o Governo do Amazonas diz que a existência da ZFM jamais se revelou "empecilho ao desenvolvimento de outras regiões do País, em especial de São Paulo, cuja pujança econômica fala por si só". Pelo contrário, ressalva ainda que a

suspensão dos incentivos fiscais colocaria em risco a própria viabilidade do modelo, "pois a carga tributária a que estariam sujeitas as indústrias instaladas no Polo Industrial de Manaus não gozariam de maior atratividade em relação aos outros pontos do território nacional".

Para o prosseguimento do processo, Frota destacou que o advogado-geral da União, Luís



Bruno Kelly/15/mar/2012

Ofício foi assinado pelo governador

Inácio Adams, deve ser notificado para fazer a defesa do ato normativo (lei amazonense). Segundo o procurador, uma audiência com o Adams está sendo providenciada para discutir a questão.

Na sequência, a Procuradoria Geral da República deve emitir o parecer, a respeito do pedido formulado na ação. Logo após, cabe ao STF apreciar o pedido de liminar ou, ainda, julgar o próprio mérito da Adin. "Em cada uma dessas etapas, a procuradoria irá providenciar audiências com as autoridades competentes, a fim de reforçar as razões de defesa apresentadas", ressaltou Frota.

Visão integrada

A importância da integração Tocantins-Amazonas

Foi recentemente firmado em Manaus Protocolo de Intenções entre os estados do Tocantins e do Amazonas objetivando a implantação de logística modal para integrar a Zona Franca de Manaus ao Centro-Oeste brasileiro. Avalizando a iniciativa foram signatários do documento o vice-governador tocaninense João Oliveira, os presidentes da Fieam, Antonio Silva, e da Fecomércio, José Roberto Tadros, além do secretário estadual de Planejamento, Airton Claudino e do presidente do Sebrae Amazonas, Nelson Rocha. Na ocasião, o secretário da Indústria e do Comércio do Tocantins, Paulo Massulo, procedeu a impressionante exposição sobre a estrutura política, organizacional e econômica daquele Estado. Não obstante o mais jovem

integrante da Federação brasileira, criado com a Constituição de 1988, Tocantins, ao que pode observar dos dados apresentados na ocasião pelo secretário Massulo, é excepcionalmente dotado de recursos naturais, posição estratégica privilegiada em relação aos estados brasileiros, excelente estrutura de transporte (o Estado é longitudinalmente cortado pela Ferrovia Norte-Sul), plataformas multimodais, hidrelétricas, comunicação, de consistente programa de incentivo fiscais e de apoio infraestrutural às empresas interessadas em lá investir, além de alta qualidade de vida de seus habitantes. O segredo: forte liderança exercida pelo governador José Wilson Siqueira Campos, o idealizador e principal mentor

da criação do Estado, equipe de governo de alto nível, abrangente integração intersetorial, dinâmica agrícola, pecuária e agroindustrial sólida. Observando-se as plataformas multimodais contempladas no Plano Nacional de Logística Integrada (PNLI) e no Programa Norte Competitivo, patrocinado pela Confederação Nacional da Indústria, verifica-se que todo o sistema rodoviário, ferroviário e aéreo ali contemplado cruza o Tocantins em todas as direções. Lamentavelmente, o Amazonas está fora do PNLI e do "Norte Competitivo". Entretanto, Tocantins, localizado no coração do Brasil, segundo deixou claro o secretário Paulo Massulo, busca, de forma determinada,



parcerias para integrar-se à região Norte, e, em consequência, tornar-se o principal escoadouro da produção do Polo Industrial de Manaus para o resto do Brasil. Nestes termos, a logística de transporte ali em implantação poderá expandir seus efeitos multiplicadores para o Amazonas. Tocantins, com apenas 1,4 milhão de habitantes (2011), ocupa 14 milhões de hectares de terra para agricultura e pecuária. De acordo com dados da Secretaria da Indústria e do Comércio, a soja lidera o ranking das exportações e o Estado já desponta como um dos grandes produtores de grãos. A produção agropecuária é expressiva. O rebanho bovino (há 15 anos livre de febre aftosa) é de 7,5 milhões de cabeças, 172 mil suínos, 91 mil caprinos, 165

mil equinos e 3,1 milhões de aves. O Estado vem também investindo fortemente em projetos hidroagrícolas voltados principalmente para a fruticultura (sua produção de abacaxi já é uma das maiores do Brasil). No segmento da piscicultura, Tocantins é um dos grandes produtores do país. Com sete indústrias em operação, é um dos maiores fornecedores de tabaqui para Manaus. No setor mineral o Estado oferece oportunidades para exploração de quartzo, zircônio, grafita, iemenita, titânio e cromo. Beneficiado pela exuberância da bacia hidrográfica do rio Tocantins, o Estado muito em breve se tornará importante destino turístico. Infraestrutura não lhe faltará. O Amazonas certamente tem muito a aprender com o irmão caçula.

Júlio Ventilari

INCENTIVO

Para crescer a economia

O superintendente da Sudam, Djalma Mello, agendou reunião para os próximos dias na Seplan. A conversa com o secretário Airtton Claudino terá como um dos principais focos o polo naval, uma das grandes propostas que o governador Omar Aziz vem turbinando para impulsionar a economia do Estado. Durante o encontro, Mello e Claudino também discutirão sobre o apoio da agência de desenvolvimento regional para outros segmentos industriais no Amazonas. A concessão de incentivos fiscais do Governo Federal são importantes para os investimentos já aqui feitos pelas empresas, assim como também para os futuros negócios no setor.

Crise

Arrecadação ficará 'fora' da meta

ANWAR ASSI

Equipe EM TEMPO

O acréscimo na arrecadação tributária do Amazonas, em 2012, deverá ficar bem abaixo do índice de quase 9% previsto para este ano, em relação a 2011. O titular da Secretaria de Estado da Fazenda do Amazonas (Sefaz-AM), Isper Abraham, afirmou que a meta não será alcançada, porém ficará acima do percentual de crescimento da economia brasileira, que deverá girar em torno de 1,6%.

"Estamos vivendo um ano atípico. Embora estejamos melhores estruturados do que na época da crise de 2009, não podemos negar que há uma crise internacional hoje que está afetando nossa economia. Precisamos nos acautelar, pois não há sinais de que a situação vai mudar até o final do ano. Não teremos o crescimento que tivemos ano passado. Em uma visão

realista, se crescermos de 3% a 5% estaremos bem", destacou o secretário.

Isper Abraham salientou, porém, que não há motivos para "pânico". Apesar do desaquecimento da economia brasileira, a receita administrada pela Sefaz-AM, em agosto, cresceu 8,25%, na comparação com o mesmo período de 2011 e 1,90% em relação a julho deste ano.

Conforme dados da Sefaz-AM, no mês passado a arrecadação tributária somou R\$ 611,7 milhões. Destaque para o aumento na arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) da indústria (26,54%) e de serviços (0,3%). Por outro lado, os cofres públicos registraram uma queda no recolhimento do ICMS de agosto em relação a julho por parte do setor comercial de 15,24%.

O presidente da Associação Comercial do Amazonas (ACA),

Ismael Bicharra, destacou que agosto é um mês ruim para o comércio, o que explica a queda na participação do setor. "Nos três meses anteriores, foi o comércio quem salvou a arrecadação do Estado", frisou.

MENSAL

No último mês, conforme dados da Sefaz-AM, a arrecadação tributária somou R\$ 611,7 milhões. Destaque para o aumento na arrecadação do ICMS da indústria (26,54%) e de serviços (0,3%)

Para Isper Abraham, os critérios mais rigorosos adotados pelas instituições bancárias para conceder empréstimos para financiamento prejudicou a economia local. "Você depende da decisão do consu-

midor. Todos estão sofrendo os impactos da crise que levou os bancos a serem mais seletivos na concessão do crédito", avaliou.

A arrecadação tributária do Amazonas para 2012, prevista, no início do ano, era de R\$ 6.980 bilhões, crescimento de quase 9% na comparação com o ano passado, quando o valor registrado foi em torno de R\$ 6,4 bilhões, segundo dados da Sefaz-AM.

O presidente do Conselho Regional de Economia (Corecon-AM), Ailson Rezende, enfatizou que, além da crise econômica mundial, as greves dos servidores públicos federais agravaram a situação, pois prejudicaram a produção da indústria e a atividade comercial, setores que são grandes arrecadadores para os cofres públicos do Amazonas. "Todos esses fatores levaram a esta queda de quase 50% na arrecadação estadual", explicou.

Produção industrial cresce 0,3% em julho aponta IBGE

A produção da indústria nacional avançou 0,3% na passagem de junho para julho, segundo a Pesquisa Industrial Mensal, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado foi puxado principalmente pelo aumento na fabricação de automóveis, beneficiados pela redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Outros subsetores que receberam o incentivo também registram crescimento, como os de eletrodomésticos da linha branca e de artigos de mobiliário. Alguns analistas enxergaram a segunda taxa positiva na indústria como um sinal de retomada gradual. “Na medida em que as empresas consumiram e ajustaram seus estoques, isso abriu espaço para haver um desempenho um pouco melhor”, avaliou o economista Antônio Corrêa de Lacerda, professor da PUC-SP.

Defesa do Governo do AM na ação movida por SP já está no STF

Coordenador da Sefaz-SP afirmou ao DIÁRIO que Estado paulista não é contra a Zona Franca de Manaus

TEXTO Felipe Carvalho
FOTO Divulgação

MANAUS

Com um dia de antecedência, o Governo do Estado do Amazonas deu entrada na peça de defesa contra a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) impetrada pelo Estado de São Paulo contra a política fiscal amazônica sobre a Zona Franca de Manaus. Segundo o procurador geral do Estado, Clóvis Smith, o documento foi protocolado eletronicamente, ontem, no portal do Supremo Tribunal Federal (STF).

Citando diversas vezes o termo 'guerra fiscal, o coordenador adjunto de Administração Tributária da Secretaria da Fazenda de São Paulo (Sefaz/SP), Osvaldo Santos de Carvalho, declarou, ontem, que a ação judicial visa proteger o Estado paulista de um prejuízo anual estimado por ele em R\$ 3,3 bilhões, devido aos benefícios amazonenses. "De todos os Estados, o Amazonas é o que mais onera São Paulo", disse. "O governo pede que o Supremo declare inconstitucional as medidas do

Amazonas para que o contribuinte de São Paulo não perca mais em competitividade".

Na tese paulista, o Governo do Amazonas comete irregularidades ao conceder benefícios referentes a tributos estaduais, como o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), sem a autorização do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), pedindo a inconstitucionalidade de duas medidas amazônicas: o chamado 'corredor de importação' e o 'crédito estímulo'.

O procurador-geral Clóvis Smith diz não compreender as motivações do Governo de São Paulo com a ação. "São Paulo dá benefícios à indústria dos tablets para que elas se instalassem lá, numa medida eles ganham menos ICMS do que se as empresas estivessem aqui em Manaus", disse. "Eles não podem fazer isso, mas entre as regras da Zona Franca de Manaus está uma que diz que não precisamos de aprovação do Confaz para dar incentivos".

O vice-presidente da Federação das Indústrias do Amazonas (Fieam), Nelson Azevedo, reagiu às declarações do



RELATÓRIA
A Ação 4832, que tramita no STF, tem como relatora a Ministra Rosa Weber

Coordenador da Sefaz-SP, Osvaldo Santos declarou que o Estado paulista não está contra a Zona Franca de Manaus

coordenador da Sefaz/SP. "O Amazonas é o único capaz de conceder incentivo do ICMS sem precisar passar pelo Confaz", destacou. "O que São Paulo quer é gerar a desindustrialização do País".



MULTIMÍDIA
Acesse o conteúdo da defesa com seu leitor QR Code ou no Portal 026.com
<http://va.mu/1w0y>

FRASE



Clóvis Smith.
Procurador-geral do Estado Não dá para levar a sério a Sefaz de São Paulo. O Amazonas já ganhou esse julgamento na própria Justiça de São Paulo"



Nelson Azevedo.
Vice-presidente da Fieam Este rapaz deve desconhecer o mercado, se São Paulo é o maior beneficiado pelos produtos da Zona Franca".